

APP-Sindicato: Av. Iguaçu, 880 - Rebouças - Curitiba - Paraná - CEP 80.230-020 - Fone: (41) 3026-9822 / Fax: (41) 3222-5261 | Site: www.appindicato.org.br | Facebook: @appindicato • Presidente: Walkiria Olegário Mazeto
Secretário de Comunicação: Daniel Nascimento Matoso | Secretária Executiva de Comunicação: Cláudia Gruber | Jornalistas: Fabiane Burmester (DRT 4305-PR), Gelinton Batista (MTB 8027-PR), João Paulo Nunes Vieira (DRT 11792-PR) e Luis Lomba (99667/92 - RJ). Diagramador: Rodrigo Romani (DRT 7756-PR) | Assistente Técnico: Luan P. R. de Souza.

Nº 1432

30 de abril de 2025

Grande ato em Curitiba faz memória dos dez anos do Massacre do Centro Cívico e cobra pagamento da data-base

Comissão formada por representantes da APP-Sindicato e do FES foi recebida na presidência da Alep

Professores(as), funcionários(as) de escola, estudantes e servidores(as) de outras carreiras do serviço público estadual realizaram uma grande manifestação nesta terça-feira (29), em Curitiba, para fazer memória dos dez anos do Massacre do Centro Cívico. O ato, que reuniu trabalhadores(as) de todas as regiões do Paraná, cobra a data-base, a reposição anual da inflação, que não é paga desde 2017 e acumula defasagem de 47%, e outras pautas do funcionalismo por melhores condições de trabalho e valorização.

“Neste dia que marca dez anos daquela violência do Estado, retornamos às ruas para denunciar que os ataques continuam, mas também para mostrar ao governo que seguimos fazendo a resistência e que o nosso trabalho tem valor. Nós atendemos a população paranaense e, além de valorização, a nossa luta é pela oferta de uma educação pública de qualidade para todos e todas e melhores condições de trabalho na saúde, nas universidades, na segurança pública, em todas as áreas do Estado”, disse a presidenta da APP-Sindicato, Walkiria Mazeto.

A mobilização teve início por volta das 9h, na Praça Tiradentes, com discursos de autoridades dos legislativos estadual e municipal e de lideranças comunitárias. Após a fala de líderes religiosos de diferentes crenças, a organização da manifestação promoveu uma mística com fumaça branca. O ato lembrava os momentos de terror vivenciados em 29 de abril de 2015, quando a Polícia Militar lançou bombas de gás e balas de borracha contra os(as) servidores(as). Na sequência, saíram em caminhada até o Centro Cívico.

Com bandeiras e gritos de ordem, os(as) trabalhadores(as) pararam o trânsito e tomaram as avenidas. Uma faixa com os dizeres “29 DE ABRIL NUNCA MAIS” abria caminho para os(as) mais de 10 mil que seguiam atrás empunhando cartazes com frases que deram o tom do protesto. Aposentados(as) pediam o fim da taxa de previdenciária. Funcionários(as) de escola denunciavam os baixos salários, as péssimas condições de trabalho e a extinção da carreira. Professores(as) pediam equiparação salarial e o pagamento do piso. Estudantes criticaram a privatização e a militarização de escolas. Servidores(as) das universidades pediam a revogação da Lei Geral das Universidades (LGU). Servidores(as) das áreas da saúde, justiça e segurança pública reforçaram a reivindicação coletiva de pagamento da data-base.



Foto: QuemTV

Antes de chegar no Palácio Iguaçu, onde fica o gabinete do governador Ratinho Júnior (PSD), a passeata fez duas paradas. Na primeira, em frente à Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), foram apresentadas pautas nacionais dos(as) trabalhadores(as), como o fim da escala 6x1, contra os juros altos, defesa da taxa de super-ricos e da isenção do imposto de renda para quem recebe até cinco salários mínimos.

A outra ocorreu em frente à sede do Tribunal de Justiça para reivindicar que o judiciário exija do Poder Executivo o cumprimento de decisões e da legislação que prevê direitos do funcionalismo. “Poder Judiciário, faça o Ratinho cumprir a lei da hora-atividade”, foi uma das cobranças anunciadas no carro de som. O tema já foi julgado no Superior Tribunal de Justiça, mas a Secretaria da Educação se recusa a cumprir.

No início da tarde, uma comissão com representantes da APP-Sindicato e do FES foi recebida pelo presidente da Assembleia Legislativa (Alep), deputado Alexandre Curi (PSD), pelo líder do governo, deputado Hussein Bakri (PSD), e pelo deputado Professor Lemos (PT). Os(as) dirigentes sindicais pediram apoio e atuação dos parlamentares para que haja avanço nas negociações com o governo.

Sobre a data-base e o fim do desconto previdenciário, há uma reunião agendada entre deputados(as) e a Casa Civil. Em relação aos(as) educadores(as) que paralisaram as atividades no dia de hoje, foi solicitada a reposição. O retorno dessa reivindicação deverá ser apresentado na segunda-feira. Ainda em relação aos(as) trabalha-

dores(as) da educação, a discussão sobre a revisão da tabela dos(as) agentes de apoio e a equiparação salarial dos(as) professores(as) serão tratadas em reuniões agendas para a próxima semana.

“O ato foi lindíssimo e essa reunião saiu em função da nossa mobilização. A gente espera que os desdobramentos tenham respostas positivas, que avance na nossa pauta que é tão importante, a recuperação dos nossos salários. A luta continua porque estamos sob ataque e resistência cotidiana para manter nossos postos de trabalho, contra a terceirização, mas também pela valorização do nosso trabalho em todas as secretarias”, disse a presidenta da APP-Sindicato em informe feito aos(as) servidores(as).

Memória e indignação

Em fevereiro de 2015, o ex-governador Beto Richa (PSDB) colocou em votação medidas que aumentavam os impostos, alteravam o regime de previdência dos(as) servidores(as) públicos(as) e cortavam investimentos, entre outras medidas antipopulares. Acumulados os motivos, os(as) professores(as) entraram em greve e fizeram um acampamento em frente à Alep.

Os dias passaram e não houve um acordo do governo que atendesse as reivindicações da categoria, até que no dia 29 de abril, o governador Beto Richa autorizou a operação policial para impedir o acesso das pessoas à Alep para acompanhar a votação do “pacotão” contra os(as) servidores(as).

A repressão violenta e desproporcional transformou a praça pública em um cenário

de guerra que resultou em mais de 200 feridos(as). Os(as) policiais avançaram contra a multidão com uso de bombas e tiros de bala de borracha, agressões com cassetete e jatos de spray de pimenta. A ação ocorreu de forma ininterrupta durante mais de uma hora.

Enquanto um(a) professor(a) era baleado(a), outro(a) fugia dos(as) policiais. Em outro ponto do Centro Cívico, um jornalista que fazia a cobertura da manifestação foi mordido na perna por um cachorro da PM. Segundo informações apuradas à época pela imprensa, o prédio da prefeitura de Curitiba foi esvaziado para atendimento dos(as) feridos(as). A sede do Tribunal de Justiça também foi utilizada para primeiros socorros. Uma creche localizada nas proximidades foi atingida e precisou retirar as crianças às pressas. Seis escolas da região suspenderam as aulas.

O secretário de Formação Política Sindical e Cultura da APP-Sindicato, Nilton Aparecido Stein, é uma das pessoas que estava no Centro Cívico naquele dia 29 de abril. Ele se emociona ao ser questionado qual é o sentimento de retornar ao mesmo local dez anos depois. Após uma pausa para se recompor, ele conta que fazia parte do comando de greve e relata momentos de tensão que testemunhou.

“É um sentimento de revolta e, ao mesmo tempo, de que a luta está viva, que a gente não vai deixar morrer, não vai deixar no esquecimento. Nós sempre vamos estar em luta para manter os nossos direitos. No dia 29 de abril eu estava na grade. Isso é um negócio que me marcou bastante. Quando uma policial chega para nós e fala bem assim: tirem a mão das grades que a ordem do comando é para bater na mão de vocês e quebrar os dedos”, relatou.

Para o secretário Geral da APP-Sindicato, Celso José dos Santos, é preciso lembrar também da convivência do Poder Legislativo, que votou o pacote de Richa enquanto os(as) servidores(as) eram massacrados(as) em praça pública.

“É um momento de memória, mas a gente continua com muita indignação, porque nós tivemos um dia de violência também do Poder Legislativo, que votou com bombas sobre nós, aquela retirada de direitos da Previdência. Hoje, passados dez anos, nós continuamos com a truculência de um governo que não concede reajuste, que pressiona as escolas, que cria o adoecimento, e nós temos uma Assembleia Legislativa conivente. Então, passados dez anos, o massacre continua”, disse.